

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.768 - RJ (2019/0197581-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO  
**ADVOGADOS** : DANIELA SOARES DOMINGUES - RJ106850  
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RJ020283  
ANTONIO CESAR DIAS PANZA - RJ145686  
JORGE DONIZETI SANCHEZ - RJ186878  
MARIA HELENA DE CARVALHO ROS - RJ204512  
RUBENS ZAMPIERI FILARDI - RJ203713  
RAFAEL BARIONI - RJ186876  
HELGA LOPES SANCHEZ - RJ203750  
UANDERSON DA COSTA PEREIRA - RJ210630  
**AGRAVADO** : TECHNO LAYER SERVICOS DE PLANEJAMENTOS E  
ORGANIZACOES ADMINISTRATIVAS LTDA  
**ADVOGADOS** : ANTONIO AUGUSTO SALDANHA ALVES DE SOUZA - RJ093092  
RAFAEL DE MOURA RANGEL NEY - RJ089979  
MARCOS DIAZ JUNIOR - RJ163281  
MARCELO DURÃES TUDE - RJ213141  
**AGRAVADO** : LOBO E IBEAS ADVOGADOS  
**ADVOGADOS** : RAFAEL DE MOURA RANGEL NEY - RJ089979  
PAULO FERREIRA CHOR - RJ162096

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude da ausência de violação do art. 1.022 do CPC/2015 e da incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ (e-STJ fls. 1.012/1.019).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 850):

APELAÇÕES CÍVEIS. Ação Indenizatória. Celebração de contrato para revestimento de tanque para guarda de óleo. Alegação de inexecução do contrato. Laudo pericial categórico no sentido do cumprimento da avença pela ré, contratada para a realização de “teste piloto”. Insucesso da utilização da tecnologia proposta, que foi causado pela prévia deterioração da chapa de aço do fundo do tanque, que se encontrava pressionada por detritos existentes na base de concreto que suportava toda a estrutura. Era da autora o ônus de comprovar que a ré tinha meios para antever a frustração da empreitada, mas nada foi demonstrado a respeito. Inexecução contratual que não pode ser afirmada pelo só fato de não ter sido possível, naquele caso concreto, obter sucesso com a nova técnica de vedação dos tanques. Pretensão de ressarcimento que não prospera. Honorários advocatícios que devem ser aumentados, mas não no montante postulado pela ré, eis que deve ser observada a codificação vigente ao tempo da propositura da ação. Desprovimento da apelação da autora e parcial provimento da apelação da ré.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 893/898).

No especial (e-STJ fls. 912/932), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a recorrente apontou ofensa aos arts. 1.022 do CPC/2015, 422, 475, 610, 615 e 884 do CC/2002 e 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973. Sustentou, em síntese: (a) falta de prestação jurisdicional, (b)

reconhecimento da existência de um contrato de empreitada e do descumprimento das obrigações pela recorrida, (c) enriquecimento sem causa da parte adversa, que deverá indenizar a ora recorrente pelo prejuízos decorrentes do serviço defeituoso e (d) exorbitância da verba honorária arbitrada em 3% (três por cento) sobre o valor causa (R\$ 5.564.873,48 - cinco milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos).

No agravo (e-STJ fls. 1.045/1.050), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta às fls. 1.056/1.072 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

Em relação à afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, a recorrente entendeu que o aresto recorrido teria sido omissivo e obscuro, pois deixou de apreciar os argumentos referentes às falhas de execução nos serviços prestados pela ré, devendo esta responder pelos danos decorrentes, bem como desconsiderou as disposições constantes do contrato de empreitada celebrado entre as partes, resultando na entrega do serviço sem condições de uso e em enriquecimento sem causa da empresa contratada. Alegou ainda omissão quanto à análise do valor dos honorários advocatícios.

No entanto, o Tribunal de origem assim se manifestou sobre os temas (e-STJ fls. 854/857):

Trata-se de ação por intermédio da qual a demandante busca o ressarcimento de valor gasto pela contratação da ré para a execução de serviço de revestimento de tanque para armazenamento de combustível, supostamente, não executado ou mal executado pela demandada, ante a existência de defeitos de vedação por rachaduras na estrutura. Pede, também, o que foi gasto com uma nova empresa para realizar o mesmo serviço.

A parte ré, por sua vez, alega que o serviço foi executado, nos moldes contratados e que a alegada não execução ou execução em desconformidade ocorreu por culpa da própria autora e da estrutura do tanque que se apresentou bastante comprometida no momento do serviço de revestimento.

Neste contexto, o cerne da questão está em aferir a verdadeira responsabilidade pelo infortúnio narrado, ou seja, se em decorrência da má execução do serviço contratado ou em virtude do comprometimento da estrutura entregue para revestimento.

Questão eminentemente técnica, a exigir a realização da prova pericial.

Neste sentido, o laudo pericial adunado aos autos foi categórico no sentido de que o serviço foi executado e que os apontados defeitos se devem ao comprometimento da estrutura do tanque entregue para revestimento, como também, a presença de detritos no fundo da estrutura.

Veja-se o que, essencialmente, diz o expert do Juízo às fls. 503/524, mais precisamente, em suas conclusões:

“Por todo o exposto, resta ao Perito do Juízo ratificar as respostas aos quesitos ofertados pelas partes, e resumidamente informar a V. Exa. que: O objeto do contrato constante a fls. 56/57 em seu item 1.1 (Objeto) especifica de forma clara que a Ré Techno Layer S.A. foi contratada pela Petrobrás Transporte S.A. Transpetro para a realização de teste-piloto de serviços de

revestimento interno de fundo de tanque.

O serviço de revestimento de fundo de tanque foi efetivamente realizado pela Ré, tendo sido aprovado nos testes de integridade como se depreende das informações constantes do data book da obra, constante do anexo. Contudo, não se pode afirmar o mesmo quanto aos resultados dos testes hidrostáticos, pois a camada do revestimento apresentou vazamentos em diversos pontos, causada pela sua ruptura; na primeira oportunidade em razão de falha na laminação da camada de Parabeam 313 na região de apoio do dreno articulado do tanque pela Ré quando se constatou ainda a ruptura em diversos pontos no fundo causadas pela presença de fragmentos e detritos metálicos localizados entre as chapas do fundo do tanque e a sua base de concreto. Nos outros dois testes hidrostáticos subsequentes foram constatados outros vazamentos, desta vez em decorrência exclusiva da presença de alvéolos penetrantes generalizados, localizados entre as chapas do fundo (que apresentavam elevado grau de oxidação) e a sua base de concreto.

Pode-se afirmar, portanto que a causa dos vazamentos do fundo do tanque que inviabilizaram o seu uso e a aplicação da tecnologia inovadora trazida pela Techno Layer denominada SCS (sistema de contenção secundária) tem origem basicamente no elevado grau de deterioração das chapas de aço carbono do tanque, que apresentavam espessura próxima ao valor nominal e diversos pontos de perfuração com prejuízo do revestimento.

Se havia expectativa que a camada do revestimento do fundo do tanque (ou a sobreposição posterior de camadas de fibra) fosse suficiente para impedir a penetração de detritos ou fragmentos metálicos evitando assim a ruptura da camada isolante (composta por mantas de fibra e PARABEAM 3D), esta restou prejudicada.

Em razão dos vazamentos não se pode atestar a eficácia do diferencial do sistema de monitoramento intersticial da Ré Techno Layer denominado PARABEAM 3D." (grifo nossos).

Assim sendo, contrário ao afirmado pela autora/apelante, o laudo pericial não atestou a desconformidade da execução contratual a cargo da ré.

Oportuno salientar que de acordo com o contrato celebrado entre as partes, a ré foi contratada para a realização de um “teste piloto” com uma tecnologia de revestimento do tanque para armazenamento de combustível com fibra de vidro.

Como o próprio nome está a indicar, trata-se de “teste piloto” por intermédio do qual a demandada se compromete a revestir com fibra de vidro a estrutura do tanque para armazenamento de combustível, o que, efetivamente, foi realizado, cujo resultado, ainda que fora das expectativas do autor, não pode ser atribuído como decorrência da má execução do serviço prestado pela ré.

Sendo assim, diferentemente do que pretende fazer crer a parte autora, não há como se atribuir a desconformidade do resultado a má execução do serviço prestado pela demandada, mas, sim, a fatores outros, tais como o comprometimento das chapas de aço componentes da estrutura do tanque a ser revestido e a presença na estrutura de detritos causadores de inúmeras perfurações.

Destarte, o que se extrai da análise das provas existentes nos autos é que a responsabilidade pelo insucesso do revestimento realizado pela ré não foi qualquer falha executiva, tal qual afirmado pela parte autora, mas, sim, repita-se, fatores externos a atividade por ela desenvolvida.

Era da autora o ônus de comprovar que a ré tinha meios para antever a frustração da empreitada, mas nada foi demonstrado a respeito. Em outras palavras, a ré poderia ser responsabilizada pelos valores gastos inutilmente se ficasse demonstrado que o insucesso era razoavelmente previsível, diante das condições do próprio tanque, mas a prova específica não foi feita e nada a respeito do ponto relevante foi alegado no processo. Assim, a Inexecução contratual não pode ser afirmada pelo só fato de não ter sido possível, naquele caso concreto, obter sucesso com a nova técnica de vedação dos

tanques.

No que diz respeito aos honorários advocatícios, poderiam mesmo ser arbitrados na forma do código processual vigente ao tempo do ajuizamento do processo, mas ainda assim afigura-se mais razoável o valor apontado originariamente na douda sentença, ou seja, dois por cento do valor atribuído à causa.

Portanto, não se constata hipótese alguma de cabimento dos embargos de declaração. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado na instância *a quo*, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação do art. 1.022 do CPC/2015 e o conhecimento do especial nessa parte.

Ademais, conforme se verifica no trecho transcrito, a Corte de origem, com base nos elementos de prova, mormente no contrato celebrado, afirmou que o serviço foi prestado conforme o contratado, que o acordo envolveu a realização de um "teste piloto" e que a falha dos serviços decorreram de fatores externos. Alterar essas conclusões, a fim de acolher os argumentos apresentados pela agravante, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, especialmente a interpretação dos termos do contrato, o que é vedado em recurso especial, ante o disposto nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Por fim, o reexame dos critérios fáticos sopesados de forma equitativa para a fixação do valor dos honorários advocatícios revela-se, em princípio, inviável no âmbito do recurso especial, em virtude da vedação da Súmula n. 7/STJ. Somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente evidenciado ser irrisória ou exorbitante a quantia fixada na origem, é possível a revisão.

O valor estabelecido pelas instâncias ordinárias não enseja a intervenção deste STJ.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator